

Conceitos e categorias de análise mobilizadas para estudar a participação da televisão brasileira na articulação de relações sociais e culturais entre povos latino-americanos em contato intercultural¹

Roberta BRANDALISE²

Universidade de São Paulo/Faculdade Cásper Líbero

RESUMO

Estudamos as implicações do consumo de televisão brasileira em regiões de fronteira nas quais o Brasil faz divisa territorial com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Nessas regiões o consumo da televisão brasileira ocorre dos dois lados da fronteira há quatro décadas. A mediação televisiva participa das relações interculturais que se dão entre brasileiros e outros povos latino-americanos no cotidiano. Portanto, para estudar a participação da televisão brasileira na sociabilidade e na articulação identitária que se dá entre esses povos, identificamos quais as matrizes produtoras de significados com as quais as representações televisivas concorrem e apreendemos como essas mesmas categorias integram as apropriações e usos que os fronteiriços fazem da televisão. As categorias identificadas como indispensáveis foram: nação, região, rural-urbano e estrato socioeconômico.

PALAVRAS-CHAVE: televisão; interculturalidade; nação-região; rural-urbano; posição-trajetória socioeconômica.

Introdução

Seguindo a orientação teórico-metodológica da Antropologia Cultural, da Sociologia da Cultura e dos Estudos Culturais Britânicos e Latino-Americanos, sem perder de vista outras perspectivas relevantes, como a de Milton Santos, para se pensar as relações interculturais mediadas pela televisão em espaços de contato intercultural, concretizamos nossa tese de doutorado³ acerca da participação da televisão brasileira em regiões de fronteira. Espaços onde se instaurou, a cerca de quatro décadas, o hábito de consumo da televisão brasileira entre outros

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Orientadora do curso de especialização Mídias na Educação, oferecido em São Paulo pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP). Professora de Teorias da Comunicação, na Faculdade Cásper Líbero. E-mail: betalise@terra.com.br

³ **A Televisão Brasileira nas Fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.** Um estudo sobre como as Representações Televisivas participam da articulação das Identidades Culturais no cotidiano fronteiriço. Tese de Doutorado, Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo: Acervo da USP, 2011.

povos latino-americanos, tal como identificamos em campo nas fronteiras Argentina (*Paso de los Libres*)-Brasil (Uruguaiana), Paraguai (*Ciudad del Este*)-Brasil (Foz do Iguaçu), Uruguai (*Rivera*)-Brasil (Santana do Livramento).

Essas leituras nos levaram a considerar uma multiplicidade de aspectos na pesquisa de campo, bem como colaboraram com a análise do material levantado no que diz respeito ao consumo da televisão brasileira, a saber: as representações da amostra⁴ acerca do que as próprias regiões fronteiriças significam para eles e as representações dessas regiões na televisão; as representações da amostra acerca das relações entre os povos ou nações brasileira e paraguaia, brasileira e uruguaia, brasileira e argentina e as representações das mesmas relações na televisão; de como a ruralidade e a urbanidade participam de seu modo de vida e de como isso é representado na televisão; e de como eles se vêem e são vistos pelos vizinhos no que tange à estratificação socioeconômica de cada uma dessas fronteiras, atentando também para como isso é representado na televisão.

Com esse percurso é que tivemos a oportunidade de conhecer, em alguma medida, o papel da televisão brasileira no jogo identitário, nas relações sociais e na construção de representações que se dão nas fronteiras Argentina-Brasil, Paraguai-Brasil e Uruguai-Brasil. Essa abordagem também foi relevante na abertura de caminhos para a identificação de estereótipos e preconceitos em curso nesses contextos. Sobretudo, é válido registrar que as especificidades de nossa estratégia teórico-metodológica, apresentada em parte nesse artigo, foi ganhando contornos mais nítidos enquanto estávamos em campo. Ao realizarmos um trabalho de campo, não é possível definir toda a abordagem de modo apriorístico, afinal, é na dialética que se dá na dinâmica entre dados teóricos e empíricos que reside nossa chance maior de construir conhecimento. Especialmente, em pesquisas de recepção em contextos interpretativos diversos, é preciso identificar a partir do campo o que mais precisamos mobilizar teoricamente para explicar ou compreender a realidade em que nos inserimos e as articulações e dinâmicas dos processos de comunicação.

O principal critério de seleção da amostra, em todas as regiões de fronteira em que realizamos a pesquisa, foi o hábito de consumir a televisão brasileira entre fronteiriços de diferentes nacionalidades. Primeiro, traçamos o perfil de nossa amostra e identificamos que os fronteiriços se definem em termos de pertencimento à região fronteiriça; à nação argentina,

⁴ Ao todo quarenta fronteiriços: dez na fronteira Brasil-Argentina – cinco brasileiros residentes em Uruguaiana (duas mulheres e três homens, com as idades variando entre 37 e 73 anos) e cinco argentinos residentes em *Paso de los Libres* (três mulheres e dois homens, com idades variando de 25 a 67 anos); dezoito na fronteira Brasil-Paraguai – nove brasileiros residentes em Foz do Iguaçu (cinco mulheres e quatro homens, com as idades variando entre 19 e 72 anos) e nove paraguaios residentes em *Ciudad del Este* (quatro mulheres e cinco homens, com idades variando de 21 a 79 anos); doze na fronteira Brasil-Uruguai – seis brasileiros residentes em Santa do Livramento (três mulheres e três homens, com as idades variando entre 23 e 69 anos) e seis uruguaios residentes em *Rivera* (três mulheres e três homens, com idades variando de 28 a 73 anos).

brasileira, paraguaia ou uruguaia; eles se definem também em relação ao seu contato com o meio rural, apesar de todos os entrevistados morarem no meio urbano, eles mantêm laços com o meio rural, ou porque participar desse meio ainda faz parte de seu cotidiano ou porque já fez parte de seu cotidiano ao longo de suas histórias de vida; eles se definem também em termos de estrato socioeconômico, este aspecto, tal como outros, lhes confere contornos identitários na medida em que enunciam pertencer a determinado grupo e distinguem-se de outros.

Em seguida, levantamos junto a eles quais eram as narrativas televisivas brasileiras que eles mesmos consideravam relevantes em seu cotidiano e aprofundamos as entrevistas a fim de conhecer os “comos” e os “porquês” dessas escolhas. Para tanto, criamos um banco de dados audiovisual com todos os registros que pudemos encontrar de matérias de telejornal, de cenas de telenovela, de programas esportivos, de programas de variedades e, inclusive, de cenas de *reality show*, todas apontadas por eles como relevantes em seu cotidiano. A seguir assistimos com eles essas sequências a fim de aprofundar as entrevistas. Com essa estratégia constatamos que as apropriações e usos que eles fazem dessas narrativas só poderiam ser explicadas ou compreendidas mobilizando a seguintes categorias de análise: região e nação; o contínuo rural-urbano e a estratificação socioeconômica.

Região e nação

As noções de região e de nação constituíram-se como categorias produtoras de significados relevantes para a concretização da tese. A partir de nossa leitura de Canclini (1990), teórico dos Estudos Culturais Latino-Americanos, pudemos depreender que os territórios na realidade contemporânea talvez não importem mais, ou importem cada vez menos. Entretanto, trabalhamos o *território* como *identidade* mediadora nas fronteiras onde nos inserimos porque ele se revela importante na realidade dos fronteiriços, mesmo na contemporaneidade – tanto nos sentidos que a amostra atribui a ele em seu cotidiano, quanto nos usos que ela faz dele em situações diversas, nas quais é preciso articular o *pertencimento* a diferentes nações e o *pertencimento* a uma região partilhada por pessoas de outra nacionalidade. Nesse sentido, nos apropriamos do conceito de território apresentado por Milton Santos (2000, p. 96):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da

residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Para apreender as relações entre o global e o local na articulação das identidades culturais em contextos fronteiriços, foi interessante atentar ainda para o que o autor observa nesse sentido. Tal como compreendemos, Santos (2000, p. 114) diz que enquanto os “os vetores da globalização” se impõem, gerando mais exclusão social, é no território que, ao experimentar uma situação de convivência comum e cotidiana, as “pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica”. Para Santos, nos sentidos atribuídos ao território e nos usos que as pessoas fazem dele é que pode configurar-se “um modo de insurreição em relação à globalização”, porque em seu entendimento a partilha dos imaginários globalizados na localidade pode tornar as pessoas conscientes de que sua condição no mundo pode ser outra.

Nesse sentido, atentando para as especificidades de cada caso, trabalhamos com o que os próprios fronteiriços entendem como a sua região. Constatamos que quando se referem à região fronteira ou região de fronteira à qual se sentem pertencer, eles aludem aos municípios de Uruguaiana e *Paso de los Libres*, Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, Santana do Livramento e *Rivera*, e ocasionalmente, a outros municípios vizinhos que também se encontram na situação de divisa entre países. Sendo assim, quando identificamos o acionamento da identidade fronteira, estamos nos referindo às características ressaltadas por eles mesmos para aludir-se ao regional.

Evidentemente, em certos momentos percebemos, por exemplo, nossos entrevistados se referindo ao Rio Grande do Sul como região, e em outros, manifestando o sentimento de pertença a alguma região dentro de seu próprio estado, província ou departamento (como no caso da região de campanha do Rio Grande do Sul, por exemplo), e em outros momentos ainda, percebemos eles se referindo ao sul do Brasil como a região à qual pertencem. Utilizamos esses exemplos, entre outros que poderíamos ressaltar, para apontar que no jogo das identidades culturais há várias categorias produtoras de significados e mesmo um conceito como região deve ser percebido e distinguido em sua potencial pluralidade e de modo relacional.

Quem olha “de fora” para o que considera ser uma região, costuma assumir que lá existe uma homogeneidade intrínseca, quando comparada ao que reputa serem outras regiões. Sendo assim, entendemos que o olhar “de dentro” é privilegiado para podermos apreender a heterogeneidade em curso. O que nossos entrevistados entendem como sua região de fronteira, portanto, está relacionado também com os sentidos que eles atribuem ao *território* no qual eles (e não outros) participam de dinâmicas cotidianas que envolvem pessoas de outras

nacionalidades e onde foram construídas memórias que agora são partilhadas, em cada caso, por brasileiros e argentinos, brasileiros e paraguaios e brasileiros e uruguaios.

Por outro lado, entre outras situações que identificamos ao longo dessa tese, destacamos que diante das decisões de caráter político e econômico dos Estados Nacionais – que intervêm no cotidiano fronteiriço colocando brasileiros e argentinos, brasileiros e paraguaios, brasileiros e uruguaios em lados opostos de interesse –, ao *território* é atribuído pelos fronteiriços o sentido de símbolo nacional e o sentimento de *pertença* à nações diferentes é sublinhado de diversas formas nas relações sociais cotidianas entre eles. Em casos de partidas de futebol (entre o Brasil e a Argentina, entre o Brasil e o Paraguai ou entre o Brasil e o Uruguai), atravessar a fronteira, por exemplo, é considerado algo imprudente, e por isso, nesses dias e nos dias posteriores a eles, é uma prática evitada pelos fronteiriços – em alguns casos, esse cruzamento chega a ser impedido oficialmente pelos aparelhos de segurança pública.

Nesse contexto, nos dedicamos principalmente a estudar como se articulam a identidade regional fronteiriça e as identidades nacionais. Isso porque enquanto a cultura regional ou de fronteira se configura pelo que esses povos de diferentes nacionalidades sentem ter em comum e pelos recursos de toda ordem que partilham ou criam – entre outros aspectos que podem tornar-se relevantes nesse sentido, destacamos, por exemplo, as relações de comércio e consumo que desenvolvem de uma cidade à outra, as soluções próprias para lidar com a intervenção dos Estados em seu cotidiano, a maneira como são vistos por quem não é da fronteira, a formação étnica, etc. –, as culturas nacionais da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai se configuram preponderantemente como categorias produtoras de significados que demarcam as distinções entre os fronteiriços.

Especialmente para compreender a participação das identidades nacionais no jogo identitário que se desenvolve nessas fronteiras, nos apropriamos de Stuart Hall (1999), teórico dos Estudos Culturais Britânicos. Diferentemente de Canclini (1990) – que ao estudar Tijuana, uma cidade mexicana que se localiza na fronteira do México com os Estados Unidos, considerou que a nação não é mais um aspecto tão relevante –, Stuart Hall (1999) atesta que a nação continua sendo uma categoria produtora de significados bastante relevante na contemporaneidade. Assim, apontamos o que ele entende por nação (Hall, 1999, p. 49):

(...) nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *ideia* da nação tal como representada em sua cultura nacional.

Sendo assim, de acordo com Hall (1999, p. 50-57), entendemos ainda que para compreender cada nação é preciso atentar para suas narrativas. Isso porque as tradições criadas, os símbolos estabelecidos, os mitos fundadores concebidos, a própria história nacional, bem como, em boa medida, as diversas produções simbólicas, inclusive as literárias e as midiáticas, participam da configuração e manutenção desse sistema de representação cultural que gera a identificação nacional.

A partir dessas considerações, avaliamos que para concretizar a tese era necessário também distinguir o que entendemos por identidade nacional, em relação ao que tomamos como identidade étnica. Para tanto, nos apropriamos de Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 54), que sobre essa distinção nos explicam o seguinte:

(...) pergunta-se Hobsbawn, por que, então, haver duas palavras? Porque o nacionalismo é justamente um programa político e porque a etnicidade, seja ela o que for, não é por sua vez um conceito político e não tem conteúdo programático. Para Hobsbawn ela não faz parte da teoria política, mas da antropologia e da sociologia. Certamente ela pode ser utilizada politicamente, mas a política da etnicidade não tem ligação necessária com o nacionalismo e pode ser completamente indiferente aos objetivos dos programas nacionalistas. Não é menos verdade que o nacionalismo, para realizar o seu programa, procura identificar-se com a etnicidade, já que ela lhe permite que funde a nação em uma continuidade histórica e lhe forneça um sentido de “nós”, de uma identidade que lhe falta na exata medida em que ela é uma criação recente.

Com isso, estabelecemos o modo como os conceitos de etnia e nação se relacionam, considerando seus contornos. E, atentando ainda para como as identidades são tecidas, especialmente as nacionais, consideramos relevante para nossa pesquisa a perspectiva de Eni Puccinelli Orlandi, que se aproxima da de Hall, especialmente no que diz respeito aos mitos fundadores de uma nação, assim como se avizinha da de Poutignat e Streiff-Fenart, no que se refere ao fato de uma nação ser fundada “em uma continuidade histórica”.

De acordo com Orlandi (1993, p. 15), o ser humano precisa atribuir sentido às coisas para poder identificar-se com elas e o ato de “(...) dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios de significância*, é tornar possíveis *gestos de interpretação*”. Para ele, é a historicidade que constrói esses gestos de interpretação, tornando-se ela mesma “interpretativa, porque sua matéria é simbólica”. Com isso, Orlandi expõe que a necessidade de elaborar sentido para o que é desconhecido é a causa de surgirem, por exemplo, os discursos fundadores de uma nação.

Ele nos explica que esses discursos se caracterizam por utilizar sentidos preexistentes para sustentar a informação nova que querem legitimar, ou seja, um discurso fundador “resignifica o que veio antes e institui aí uma memória outra” (1993, p. 13), criando uma nova tradição de significados que vai repercutir em boa medida no material discursivo que se produzirá daí em diante. De modo que não é por acaso que os símbolos mais prosaicos da memória nacional são emblemas, monumentos, museus e comemorações que remontam às glórias da nacionalidade – ela entende que os sentidos atribuídos a esses símbolos, entre outras representações da nação, “reverberam efeitos de nossa história em nosso dia a dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica” (Orlandi, 1993, p. 12).

Para explicar como um discurso fundador ressoa nos processos discursivos subsequentes, Orlandi tomou como exemplo um objeto simbólico que instaurou esse tipo de discurso. De acordo com Orlandi (1993, p. 14), na Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o Brasil há um enunciado fundador: *Em se plantando tudo dá*. Orlandi entende que esse enunciado ressoa em muitos outros, “repercutindo sentidos variados no sentimento de brasilidade” ainda na atualidade, porque a partir dele ramificaram-se sentidos como os de que o Brasil é “Terra pródiga. Gigante pela própria natureza. *Mas*, mal administrada, pilhada há séculos e que embora seja explorada continuamente não se esgota”, sendo ainda que para ele “isso vai dar no traço ideológico da fala sobre a preguiça inerente à raça, do desperdício, da corrupção natural ao brasileiro no poder. E vai servir como o argumento que justifica a pobreza: esse país não tem jeito. Ou, no outro lado da mesma moeda, vai dar no país da esperança: tem que dar certo”.

Além desses aspectos que direcionam nosso olhar para a nação como um sistema de representação cultural, Hall (1999, p. 49) atenta também para o fato de que é com a configuração dos Estados Modernos que as relações de identidade e alteridade foram sendo estabelecidas cada vez mais a partir das culturas nacionais, apontando que “a identificação nas sociedades tradicionais eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região”, entre outras fontes de identificação. Com isso, entendemos que é em boa medida por causa da formação dos Estados Modernos e da necessidade deles legitimarem seu poder e autonomia que as culturas nacionais se desenvolveram, e isso se sustenta quando Hall (1999, p. 67) afirma que “as identidades nacionais tendem a se sobrepor a outras fontes, mais particularistas, de identificação cultural”.

Entretanto, o próprio autor (Hall, 1999, p. 59-65) põe em dúvida a possibilidade de que a identidade nacional, de fato, anule essas outras fontes de identificação cultural. Ele aponta que a diversidade de fontes de identificação cultural (“diferentes classes sociais”, “diferentes grupos étnicos”, etc.) não desaparecem com a constituição de uma cultura nacional porque, embora esta

se configure como uma “estrutura de poder cultural” (Hall, 1999, p. 59) – justamente porque constitui-se procurando sobrepor-se a outras manifestações culturais –, as identidades nacionais “não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder” (Hall, 1999, p. 65).

Com isso, entendemos que as identidades nacionais, tal como outras identidades culturais (como a regional ou fronteiriça, por exemplo), participam de modo dinâmico da realidade dos contextos em que nos inserimos para realizar este estudo. Assim, em campo, foi preciso mobilizar esses conceitos como categorias de análise para reconhecer como as diferentes identidades se articulam no cotidiano de nossa amostra. Ou seja identificar quando ser de uma nacionalidade e não de outra se mostra relevante nas diferentes situações cotidianas, colaborando para configurar como se dão as relações sociais, as trocas simbólicas e as apropriações e usos das narrativas televisivas brasileiras. Assim como foi preciso identificar quando ser fronteiriço ou da região de fronteira se mostra como mais relevante no que diz respeito a esses mesmos aspectos. Tal identificação é crucial uma vez que as noções de *pertencimento* estabelecidas principalmente no discurso da amostra podem ser reveladoras do que gera aproximação ou distanciamento entre os fronteiriços, do que gera sociabilidade e reforça a identificação entre eles e do que limita a sociabilidade entre eles, reiterando as diferenças ou fomentando conflitos – merecendo especial atenção a participação das representações televisivas que a amostra elege como importantes em seu cotidiano e o modo como elas participam desses processos identitários.

O contínuo rural-urbano

Assim como as noções de nação e de região, o *contínuo rural-urbano* constituiu-se como categoria produtora de significados relevante para a concretização da tese. Por isso, nos apropriamos de Robert Redfield (1949), Antônio Cândido (1998) e Raymond Williams (1989) para contextualizar como os aspectos relativos à ruralidade e à urbanidade que participam do modo de vida de nossa amostra também podiam ser úteis para estudarmos a diversidade de apropriações e usos que os entrevistados fazem das representações televisivas que elegem como relevantes em seu cotidiano.

Nos estudos sobre o rural e o urbano, destacamos o trabalho realizado por Redfield (1949) na península de Yucatán, no México. Ele estudou quatro comunidades justapostas espacialmente: uma “cidade” (Merida), uma “vila” (Dzitas), uma “povoação” (Cham Kom) e uma “aldeia tribal” (Tusik). De acordo com o que depreendemos, ele constatou que da cidade

(Merida) à aldeia (Tusik) era possível perceber diferentes graus de diversificação cultural, mobilidade social, individualização, secularização e acesso aos meios de transporte e de comunicação participando do cotidiano das pessoas que viviam em cada uma dessas formações sociais. De modo que, a partir de seu estudo, ele entendeu que a cidade e o *folk* – ou o que é pertinente ao modo de vida urbano e o que é pertinente ao modo de vida rural – não poderiam ser entendidos como categorias absolutamente separadas porque elas existem apenas como tipos ideais. Sendo assim, ele aponta que é possível observar as transformações nos costumes e no modo de vida de uma formação social à outra, atentando para o fato de que o que comumente é considerado característico do modo de vida rural e o que comumente é entendido como próprio do modo de vida urbano pode ser observado em curso numa mesma formação social, o que dificulta a classificação de uma ou de outra como rural ou urbana.

Com seus relevantes esforços, Redfield (1949) começa a delinear o conceito de *contínuo rural-urbano* – embora seja preciso nos apropriarmos criticamente de sua obra porque no contexto histórico em que ele realiza seu trabalho, o campo científico que ele integra, mesmo sendo anterior às teorias funcionalistas e crítico de Durkheim, se refere a essas transformações nos costumes e no modo de vida das diferentes formações sociais em termos de “organização”, “desorganização” e “reorganização” da cultura, o que conseqüentemente leva a uma abordagem das comunidades ainda como sistemas isolados e nesse aspecto não é congruente com nossa abordagem. Apesar disso, é necessário apontarmos ainda que na orientação teórico-metodológica da Escola de Chicago, fundada principalmente nos trabalhos de William Thomas e Florian Znaniecki (*The Polish Peasant* e sua *Nota Metodológica*, 1918-1920) e Robert Park (*The City*, 1915), e em boa medida representada no trabalho de Redfield, encontramos algumas preocupações semelhantes às dos Estudos Culturais e às da Antropologia, especialmente relevantes para o campo da Comunicação, que merecem nossa dedicação em estudos futuros.

Consideramos que é no Brasil, a partir da apropriação dos estudos da Escola de Chicago (inclusive os de Redfield que destacamos), entre outros, que vamos encontrar a concretização de pesquisas que abordam o rural e o urbano com base num conceito já mais elaborado de *contínuo rural-urbano*. Nesse sentido, destacamos o trabalho de Antônio Cândido (1998) em Bofete, uma cidade do interior do estado de São Paulo. Cândido (1998) trabalha com diferentes gerações nessa mesma formação social e, assim, ele incorpora a historicidade ao seu trabalho, recuperando a memória da comunidade. Ao fazer isso, ele identifica tanto as transformações nos costumes e no modo de vida que se configuraram em Bofete (de uma geração a outra), quanto a preservação de características que comumente são atribuídas ao modo de vida rural (e que ainda são cultivadas em boa medida pelas novas gerações que vivem na cidade).

Com isso, apontamos que Cândido (1998) estuda o *contínuo rural-urbano* na linha do tempo em uma mesma formação social, enquanto Redfield (1949) estuda o *contínuo rural-urbano* que se configura entre diferentes formações sociais que estão justapostas no espaço. Ambas as perspectivas foram relevantes para concretizarmos a tese porque entendemos que os conceitos espacial e temporal de *contínuo rural-urbano* podiam ser úteis para identificarmos como aspectos comumente associados à ruralidade e à urbanidade participam do cotidiano de nossa amostra, uma vez que configuraram-se em categorias produtoras de significados nas apropriações e usos que os entrevistados fazem das narrativas televisivas brasileiras que consomem.

Nesse sentido, também foi relevante para a tese o trabalho de Raymond Williams (1989), que estuda as representações do campo e da cidade na literatura. Ele constata que, enquanto na literatura inglesa o campo e a cidade dificilmente são retratados de modo separado, na literatura de outros países, com frequência, essas categorias são apresentadas dissociadas e ainda como a antítese uma da outra. Ele identifica ainda que, em qualquer caso, as representações literárias do campo e da cidade estão vinculadas a ideologias. Assim como, tal qual compreendemos, preponderantemente ocorre com as representações construídas nos meios de comunicação de massa acerca das diferentes etnias, nações, regiões, (etc.).

Williams (1989) atenta para o fato de que nessas representações literárias em que o rural e o urbano são retratados como categorias opostas, o rural, por exemplo, geralmente aparece como um espaço ausente de conflitos e ainda associado à paz, ao descanso e à fartura, em oposição ao que caracteriza o modo de vida urbano. Diante dessa constatação, entre outras, Williams (1989) se posiciona criticamente em relação a esse tipo de representação. Além disso, ele estuda a forma como os autores representam o trabalhador do campo e da cidade, trazendo à tona os possíveis contrastes entre a representação literária e a representação que os próprios trabalhadores camponeses e citadinos construiriam sobre si mesmos. Assim, tal como Redfield (1949) e Cândido (1998), Williams (1989) colaborou para que, em campo, observássemos o rural e o urbano não no âmbito dos tipos ideais e sim no das inter-relações dinâmicas que participam da complexidade social e da heterogeneidade cultural fronteiriça.

Estratificação socioeconômica

Assim como as noções de nação e de região, o modo de vida rural e urbano, a estratificação socioeconômica nos contextos em que nos inserimos também se constituiu como

categoria produtora de significados relevante para a concretização da tese. Inicialmente, fizemos uso dos critérios brasileiros para classificação econômica listados pela ABA/ABIPEME, e perguntamos para a amostra, entre outras questões, se eles possuíam casa própria, carros, etc. Entretanto, fizemos isso apenas para ter uma noção do perfil econômico dos entrevistados e para começarmos a conhecer seu estilo de vida, uma vez que esses critérios foram convencionados para mensurar o poder de consumo dos brasileiros e não necessariamente de argentinos, uruguaios e paraguaios – além disso, esse tipo de classificação pode enquadrar em um mesmo segmento econômico pessoas com trajetórias e visões de mundo bem diferentes. E como na identificação das especificidades da estratificação socioeconômica das fronteiras em que nos inserimos interessava especialmente o modo como os próprios entrevistados percebiam essa estratificação e as relações de poder implicadas nela, bem como quais eram os segmentos que eles consideravam relevante identificar e a que segmento eles acreditavam pertencer, os autores com os quais mais dialogamos nesse sentido foram o antropólogo Gilberto Velho (1981 e 1994) e o sociólogo Pierre Bourdieu (1988).

Tal como aponta Bourdieu (1988), consideramos que as distinções relativas à *posição* dos agentes no campo social também podem ser apreendidas em termos de distinções simbólicas. A proposta de Bourdieu (1988) define a situação de classe em relação à posse de diferentes modalidades de capital: econômico, cultural e social. Com isso, entendemos que só conhecendo o contexto histórico, social, cultural e político em que nossos entrevistados estão inseridos, e a partir também do que significa para eles ter algum tipo de poder na especificidade de sua realidade e do que consideram relevante distinguir, é que podemos estudar a estratificação socioeconômica como uma categoria produtora de significados, especialmente nas apropriações e usos das narrativas televisivas brasileiras por argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios.

Nesse sentido, para nos mantermos atentos às formas mais ou menos sutis com as quais essas distinções são estabelecidas pela amostra, destacamos a pertinente análise de Bourdieu (1988) sobre como os diferentes grupos sociais procuram distinguir-se uns dos outros a partir, por exemplo, do “gosto estético”, de modo que, tal como compreendemos, o que se assume como de “bom tom”, de “bom gosto”, como “clássico” ou ainda como em “voga”, comumente representa o esforço de alguns grupos para afirmarem uma suposta superioridade cultural em relação a outros. De acordo com o autor, “os gostos (isto é, as preferências manifestadas) são a afirmação prática de uma diferença (...). Não é por acaso que, quando têm que justificar-se, se afirmam de maneira inteiramente negativa, por meio do rechaçamento de outros gostos” (Bourdieu, 1988, p. 53).

Bourdieu (1988) aponta que o “gosto” é algo que não se forma de modo apriorístico e sim por meio da educação formal e informal e se constitui como uma categoria simbólica que “estrutura” as percepções que um grupo social faz sobre outro. Com isso, por exemplo, entendemos que a manifestação das preferências ou do “gosto” no discurso da amostra, bem como nas escolhas que eles fazem em termos de consumo cultural, quando utilizadas para estabelecer relações de identidade e alteridade em relação a outros grupos, podiam nos fornecer pistas para apreender o papel da televisão na articulação das identidades culturais nos contextos fronteiriços.

Além da *posição* que os entrevistados ocupam ou se esforçam para afirmar que ocupam, e o modo como eles percebem a *posição* de outros que participam da estratificação social fronteiriça, foi relevante considerarmos sua *trajetória*. Velho (1981, p. 106) propõe que busquemos “na trajetória, e não apenas na posição do indivíduo, família ou grupo, a explicação ou base para seus comportamentos, preferências, aspirações”. De acordo com a proposta de Velho (1981, p. 106), sob os critérios socioeconômicos comumente utilizados nas Ciências Sociais, como “renda, ocupação, educação, etc.”, indivíduos ou famílias que apresentam fortes diferenças “em termos de *ethos* e visão de mundo” acabariam sendo incluídos na mesma categoria. E com as transformações acarretadas pelo processo de urbanização, pela maior diversificação da divisão social do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico na área de transportes e comunicações, os “padrões de sociabilidade e interação, costumes e rotinas” (Velho, 1994, p. 67) foram alterados. Diante disso, diferentes sociedades e culturas “lidaram de modo singular com essas mudanças, impedindo que se pense em um processo efetivamente uniforme” (Velho, 1994, p. 67), de modo que é importante atentar para a complexidade sociológica e a fluidez da cultura. Ou seja, tal como depreendemos, é preciso entender a estratificação socioeconômica fronteiriça nos termos que os fronteiriços a compreendem, atentando para suas especificidades. Nesse sentido, é especialmente útil o modo como Velho (1994, p. 66) caracteriza as *camadas médias*, que de acordo com o autor são:

(...) variadas e fluídas. Incluem desde pequenos funcionários e comerciários na fronteira da classe trabalhadora até os universos intelectualizados com elevada renda e prestígio social, confundindo-se em certos contextos com o mundo das elites. As diferentes ocupações, background e trajetórias compõem um quadro de estilos de vida e visões de mundo altamente diversificado, dificultando generalizações do tipo “cultura de classe média.

Assim, nos apropriando dos trabalhos de Velho e de Bourdieu, procuramos conhecer a *trajetória* de nossos entrevistados e como eles identificam a *posição* deles mesmos e a dos outros na estratificação socioeconômica dos contextos fronteiriços em que nos inserimos, sempre tentando dar conta da heterogeneidade de nossa amostra, que participa das *camadas médias* nessas regiões de fronteira.

A aplicação em campo e as considerações finais

A articulação teórica que expusemos, e os posicionamentos epistemológicos implicados nela, serviram para compreender quais as principais matrizes de significados que participam do cotidiano dos fronteiriços, matrizes que se refletiram nas narrativas televisivas destacadas por eles e nas apropriações e usos que fizeram das mesmas. Nesse artigo, não temos a intenção de esgotar a discussão acerca desses conceitos e categorias com as quais trabalhamos, assim como, não temos a intenção de abordar todo o aproveitamento dessa estratégia em nossa pesquisa de campo.

De toda forma, é importante sinalizarmos alguns exemplos de como a mobilização teórica que apresentamos tornou-se indispensável para a concretização de nossa pesquisa. Assim, com respeito ao estudo de caso que realizamos na fronteira Brasil-Paraguai, é válido registrar que, entre outros aspectos que poderíamos destacar, surpreendemos a amostra paraguaia considerando-se “pobre” em relação aos brasileiros e em relação aos árabes e chineses que vivem na região de fronteira, isso apesar de enquadrarem-se no que podemos considerar um estilo de vida de classe média. O que ocorre é que os brasileiros são vistos por eles como aqueles que têm maior poder aquisitivo para consumir no Paraguai, e os migrantes árabes e chineses são, majoritariamente, os detentores dos meios de produção no terceiro setor paraguaio, ou seja, são os “patrões” de muitos de nossos entrevistados. Essa visão de mundo, própria do contexto específico em que nos inserimos, é responsável pelo destaque que os entrevistados paraguaios deram às recorrentes cenas de novelas brasileiras nas quais os personagens brasileiros reúnem-se em volta de uma “farta mesa de café da manhã”, “viajam para o exterior” e “vestem-se como se estivessem em uma vitrine”. Cenas como essas foram destacadas por eles para atribuir sentidos ao povo brasileiro e, também, para estabelecerem uma relação de alteridade. Isso tornou evidente que nas apropriações e usos que eles fazem das telenovelas brasileiras importa, em grande medida, as representações e o jogo identitário em curso na fronteira com respeito ao seu imaginário acerca dos estratos socioeconômicos aos quais cada um desses povos pertence. De modo que, sem trabalharmos com o conceito de posição e trajetória,

pensando o estrato socioeconômico como matriz produtora de significados, não teríamos como explicar ou compreender a participação da televisão em seu cotidiano.

Com respeito ao estudo de caso que realizamos na fronteira Brasil-Uruguai, é válido registrar que naquele contexto circula com certa força o estereótipo positivo de que aquela é a “fronteira da paz e da amizade”. De fato, há vários elementos que aproximam brasileiros e uruguaios, entre eles o fato de estarem ligados de alguma forma ao meio rural – nossos entrevistados, por exemplo, já viveram no campo, ou são filhos e netos de camponeses, e muitos deles ainda vivem da produção agropecuária ou do arrendamento de terras, mesmo morando na cidade. Entretanto, o próprio fato de esses sujeitos experimentarem o contínuo rural-urbano – de uma geração a outra, bem como, a partir da proximidade atual em relação à ruralidade – se reflete nas narrativas televisivas que eles destacaram como relevantes em seu cotidiano e nas apropriações e usos que fizeram delas. Apontaram como relevantes, especialmente, a abordagem de reportagens que tratam das decisões dos governos uruguaio e brasileiro em relação ao comércio e consumo agropecuário, sinalizando também a necessidade de isso ter mais espaço na televisão. As decisões dos governantes dos dois países em relação a esse tema, por vezes, geram distanciamentos entre os fronteiriços em situações nas quais um povo ou outro leva vantagens nesse tipo de relação. Assim, o contínuo rural-urbano pode ser entendido como uma matriz produtora de significados que colabora tanto para a manutenção da identificação regional entre uruguaios e brasileiros quanto para deflagrar o enaltecimento das identidades nacionais em situações de disputa. Quando as duas nações encontram-se em lados opostos de interesse, o retrato feito no telejornalismo e consumido na fronteira colabora para imprimir um caráter de conflito às relações sociais interfronteiriças, desconstruindo em alguma medida inclusive o estereótipo da fronteira da paz e da amizade.

Em relação ao estudo de caso que realizamos na fronteira Brasil-Argentina, é válido registrar que o sentimento de pertença a uma região de fronteira se expressa intermediado pelo compartilhamento de tradições gaúchas, de práticas de lida no campo, de hábitos alimentares, entre outros aspectos. A identidade regional é fortalecida no imaginário social fronteiriço quando a mídia retrata esses aspectos de semelhança cultural e situações de colaboração entre argentinos e brasileiros. Entretanto, a maior parte das representações da televisão brasileira acerca dos argentinos, da Argentina e das relações argentino-brasileiras, explora o estereótipo da rivalidade e, assim, acaba por reforçá-lo no imaginário fronteiriço, colaborando para o destacamento das identidades nacionais naquele cotidiano e, por vezes, imprimindo às relações interfronteiriças um caráter de conflito ou afastamento.

Evidentemente, todos esses conceitos e categorias foram, de alguma forma, relevantes nos três estudos de caso que realizamos em regiões de fronteiras. Por isso, consideramos relevante partilhá-los com nossos pares e, com isso, talvez, colaborar com outros estudos voltados para a participação da televisão em contextos específicos e marcados pela interculturalidade.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. *La distinción. Criterio y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus Humanidades, 1988.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. México: Grijalbo, 1990.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

ORLANDI, E. P. *Vão surgindo sentidos*. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

REDFIELD, R. *Civilização E Cultura de Folk*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VELHO, G. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.